

Número de inscrição: 10018115

Cidade de realização da prova: Fortaleza/CE

CARGO 11: TÉCNICO MINISTERIAL

Frase: A vida é a arte do encontro.

CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2025 | TARDE



MPCE

Ministério Público do Estado do Ceará

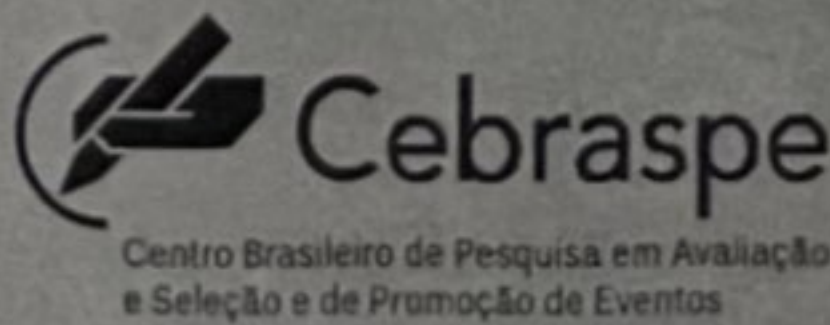
CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

(61) 3448-0100
www.cebraspe.org.br
sac@cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da **Folha de Respostas**, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 4 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 6 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 7 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1

Um dos principais benefícios da comunicação não violenta (CNV) é a promoção da empatia e da compaixão entre as pessoas. Ao reconhecer as necessidades e os sentimentos dos outros, somos capazes de nos colocar em seus lugares e compreender suas perspectivas, o que facilita a resolução de conflitos e a construção de relações mais saudáveis. Como afirma Marshall Bertram Rosenberg, em sua obra **Comunicação não violenta**, “a CNV nos guia na reformulação do nosso modo de expressão e escuta dos outros, pela concentração em quatro áreas: o que observamos, o que sentimos, do que precisamos e o que pedimos para nos enriquecer a vida”. A CNV promove uma escuta, um respeito e uma empatia profundos. Algumas pessoas usam a CNV para reagir compassivamente a si mesmas; outras, para estabelecer maior profundidade em suas relações pessoais, e outras, ainda, para gerar relacionamentos eficazes no trabalho ou na política. No mundo inteiro, utiliza-se a CNV para mediar disputas e conflitos em todos os níveis.

Particularmente no que se refere à função ministerial, é preciso que se evite o que o autor chama de comunicação alienante da vida, isto é, “os juízos morais, que atribuem erro ou ruindade às pessoas que não agem conforme certos valores”. Com efeito, um órgão acusatório inevitavelmente terá que formular, de modo técnico, imputações acerca da prática de ilícitos (uma denúncia criminal narrará a prática de uma conduta que se amolda a um tipo penal), o que não significa, contudo, que os agentes públicos que integram a instituição estejam autorizados a proferir julgamentos morais. No modelo de um Ministério Público dialógico, ou seja, aquele que efetivamente se abre à interlocução com a sociedade, a CNV é fator que transforma o discurso em prática, pois propicia o diálogo face a face com os mais diferentes e antagônicos setores e, a partir disso, a construção de confiança e o desenvolvimento do compromisso e da compreensão comuns entre os atores envolvidos.

Pedro Abi-Eçab e Walter Otsuka. Comunicação não violenta como ferramenta para a resolutividade do Ministério Público. In: Revista Jurídica – Corregedoria Nacional do Ministério Público, v. 8, 2023, p. 392-3 (com adaptações).

De acordo com as ideias veiculadas no texto CG2A1, julgue os seguintes itens.

- 1 ☒ ☐ Infere-se do segundo parágrafo do texto que a relevância da CNV no contexto do Ministério Público reside em impedir que acusações formuladas por seus agentes sejam influenciadas por divergências axiológicas entre as partes.
- 2 ☒ Segundo o texto, uma das vantagens do uso da CNV é propiciar a empatia entre as pessoas.
- 3 ☒ As aplicações da CNV em diversos âmbitos, como o psicológico, o interpessoal ou o profissional, visam impedir o surgimento de conflitos.
- 4 ☒ Entende-se da leitura do texto que, no contexto do modelo dialógico de Ministério Público, a CNV favorece a conformidade entre palavras e ações.

Em relação a mecanismos de coesão empregados no texto CG2A1, julgue os próximos itens.

- 5 ☒ O termo “autor” (primeiro período do segundo parágrafo) faz referência a “Marshall Bertram Rosenberg” (terceiro período do primeiro parágrafo).
- 6 ☒ Mediante o emprego da expressão “Com efeito”, no segundo período do segundo parágrafo, os autores reforçam a ideia apresentada no período anterior.
- 7 ☒ No último período do texto, o pronome presente na forma contraída “disso”, em “a partir disso”, retoma “fator que transforma o discurso em prática”.

Julgue os itens que se seguem, relativos a aspectos linguísticos do texto CG2A1.

- 8 ☒ No segmento “que efetivamente se abre” (último período do texto), o deslocamento do pronome “se” para a posição enclítica — que efetivamente abre-se — manteria a correção gramatical do texto.
- 9 ☒ No penúltimo período do primeiro parágrafo, o termo “ainda” expressa circunstância de tempo.
- 10 ☒ O tempo e o modo verbais empregados em “narrará” (segundo período do segundo parágrafo) sinalizam a provável ocorrência da ação de narrar.
- 11 ☒ No trecho “outras, para estabelecer maior profundidade em suas relações pessoais” (penúltimo período do primeiro parágrafo), a vírgula indica supressão de palavras.
- 12 Na citação apresentada no terceiro período do primeiro parágrafo, o segmento ‘dos outros’ complementa o sentido dos substantivos ‘expressão’ e ‘escuta’.
- 13 ☒ No segmento “terá que formular” (segundo período do segundo parágrafo), a substituição do vocábulo “que” por de comprometeria a correção gramatical do texto.

A respeito de correspondência oficial, julgue os itens a seguir.

- 14 ☒ Na correspondência oficial, a formalidade de tratamento está associada tanto à civilidade quanto à necessidade de uniformização das comunicações.
- 15 Por ser a concisão uma das principais características da redação oficial, recomenda-se que o texto de documentos oficiais seja composto de, no máximo, quatro parágrafos. ☒
- 16 ☒ Em comunicações internas, via *email*, entre autoridades de mesma hierarquia, deve-se empregar o fecho *Atenciosamente*.
- 17 ☒ Cada parágrafo de um expediente oficial deve ser numerado, mediante o uso de números romanos, ainda que o documento apresente um único parágrafo.

Julgue os itens subsequentes, com base no disposto na Constituição do Estado do Ceará e no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará.

18 A promoção, o acesso, a transferência ou qualquer outra forma de ascensão do funcionário público não interrompe a progressão horizontal, que deve ser calculada pelo vencimento básico do novo cargo.

19 O servidor em estágio probatório pode ser cedido a órgão da administração pública direta para exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção no âmbito federal, estadual ou municipal, com ônus à origem, procedendo-se ao cômputo do estágio probatório.

20 Para a realização do desenvolvimento e da integração regional, a aglutinação de municípios está circunscrita às conformações de regiões metropolitanas e microrregiões.

21 A matéria reservada à lei complementar, bem como as matérias de iniciativa do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, não podem ser objeto de delegação.

Com fulcro nas disposições da Lei Orgânica e do Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), bem como na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, julgue os seguintes itens.

22 Ao Colégio de Procuradores de Justiça, composto por todos os procuradores de justiça, compete julgar recurso contra decisão de vitaliciamento de membro do Ministério Público e decisão condenatória em procedimento administrativo disciplinar.

23 Membro do Ministério Público somente poderá ser preso por ordem judicial escrita, salvo no caso de flagrante pela prática de crime inafiançável, hipótese em que a autoridade deverá, no prazo máximo de 24 horas, realizar a comunicação da prisão e apresentar o membro do Ministério Público ao procurador-geral de justiça.

24 Para fins de formação da lista triplíce ao cargo de procurador-geral de justiça do estado do Ceará, são elegíveis os membros do Ministério Público em atividade que tenham mais de 30 anos de idade e mais de 5 anos de efetivo exercício na carreira, e estejam no pleno exercício das funções do cargo.

25 Compete ao procurador-geral de justiça do estado do Ceará autorizar membro do Ministério Público de 1.^a instância a residir fora da comarca de sua titularidade, devendo ouvir previamente a Corregedoria-Geral.

Julgue os itens seguintes à luz da Lei n.º 14.043/2007, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do MPCE.

26 O servidor do MPCE faz jus à gratificação de verba indenizatória, no percentual de 15% sobre o vencimento inicial do cargo, para a execução de diligências, quando não houver veículo oficial disponível para realizá-las.

27 Caso um servidor do MPCE faleça em atividade ou durante a aposentadoria, sua família terá direito ao recebimento de auxílio-funeral, correspondente a um mês de vencimentos ou proventos percebidos na data do óbito do servidor.

Acerca da ética, da moral, dos princípios e dos valores, bem como do exercício da cidadania e da função pública, julgue os itens a seguir.

28 O exercício da função pública deve se orientar pelos preceitos legais e, também, pela busca de assegurar as condições do livre exercício da cidadania.

29 A ética é restrita à ciência teórica e concebida como estudo valorativo das regras ou dos costumes de uma comunidade específica.

30 O exercício da cidadania é fundamental para que a natureza da ação coletiva não se restrinja à disputa de poder, a fim de atender ao bem comum na solução dos problemas sociais.

31 As modificações sobre valores vivenciadas na sociedade contemporânea são restritas à vida particular, deixando de trazer reflexos evolutivos nas instituições públicas.

Julgue os próximos itens, conforme as regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992.

32 O agente público que recebe vantagem econômica para tolerar a prática de contrabando comete ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

33 Para a configuração de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, é indispensável que o agente tenha a finalidade de obtenção de proveito indevido para si ou para outrem.

34 A responsabilidade do sucessor daquele que se enriqueceu ilicitamente está limitada à reparação do valor do patrimônio transferido.

35 A ação negligente do agente público que resultar em lesão patrimonial ao erário é suficiente para a caracterização da improbidade administrativa.

Ao supervisionar um estudo de caso em certa repartição, um técnico ministerial observou que o número de processos autuados no mês x de certo ano, em que $x = 1, 2, 3, \dots$, poderia ser calculado por meio da função $f(x) = 325 - 7x$, em que $x = 1$ corresponde ao mês de janeiro.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

36 O número de processos autuados no primeiro mês correspondeu a menos de 10% do número total de processos autuados no ano sob análise.

37 A sequência formada pelo número de processos autuados mês a mês é uma progressão aritmética.

38 Ao se plotar, em um sistema de coordenadas cartesianas, os pares ordenados formados por um número associado ao mês e pelo número associado ao número de processos autuados naquele mês, tem-se que tais pontos estarão sobre uma reta.

39 Existe um mês em que foram autuados exatamente 120 processos.

40 No nono mês daquele ano, foram autuados menos de 250 processos.

41 Ao se selecionar ao acaso um processo autuado no ano em questão, a probabilidade de ele ter sido autuado no primeiro semestre é igual à probabilidade de ter sido autuado no segundo semestre desse ano.

Acerca do processo administrativo, julgue os itens a seguir.

42 A finalidade da direção é fazer com que todas as atividades de uma empresa sejam operadas de forma autônoma, para que os resultados comuns sejam alcançados.

43 As informações e decisões de controle permitem manter uma organização ou um sistema orientado para o cumprimento dos objetivos.

Com relação ao processo de planejamento, julgue os itens que se seguem.

- 44 O plano de marketing, o plano de recursos humanos e o plano financeiro são exemplos de planos táticos. ?
- 45 A declaração da missão documenta o propósito da existência de uma organização e define explicitamente as responsabilidades para com seus principais grupos de interesse.
- 46 Na análise SWOT, as ameaças são situações externas ou internas, atuais ou futuras, que, se não eliminadas, minimizadas ou evitadas pela organização, podem afetá-la negativamente.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos tipos de departamentalização.

- 47 As desvantagens da departamentalização funcional são o princípio da especialização ocupacional e a simplificação do treinamento e da supervisão dos subordinados.
- 48 O critério de departamentalização por cliente é apropriado quando a organização atende a diferentes tipos de clientes com necessidades muito distintas ou quando os clientes são iguais, mas têm necessidades diferentes.

No que tange ao gerenciamento de projetos, julgue os itens subsequentes.

- 49 Os processos que não são ajustados não agregam valor ao projeto ou aos resultados e, ao mesmo tempo, aumentam o custo e o prazo de execução do cronograma.
- 50 As equipes do projeto definem processos que permitem a conclusão de tarefas e as atribuições de trabalho, de forma que podem concordar com um processo de decomposição ao utilizarem uma estrutura analítica do projeto (EAP), uma lista de pendências ou um quadro de tarefas.

Espaço livre

$$F(x) = 325 - 7x$$

$$F(1) = 325 - 7 \times 1$$

$$F(1) = 318$$

$$F = 317(1)$$

$$F = 325 - 16$$

$$F = 309(2)$$

$$F = 325 - 7 \times 3 - 3$$

$$F = 325 - 24$$

$$F = 325 - 7 \times 4 - 4$$

$$F = 325 - 32$$

$$F = 293$$

$$\begin{array}{r} 112 \\ 7 \\ \hline 84 + 12 \\ = 96 \end{array}$$

$$325 - 84 = 241$$

$$F(9) = 325 - 63$$

$$F = 325 - 63 - 9$$

$$F = 325 - 72$$

$$F = 253$$

$$F = 325 - 7 \times 6 - 6$$

$$F = 325 - 48$$

$$F =$$

$$\begin{array}{r} 9 = 63 \\ 7 = 96 \end{array}$$

$$1 \ 317 \cdot$$

$$2 \ 309 \cdot$$

$$3 \ 301 \cdot$$

$$4 \ 293 \cdot$$

$$5 \ 285 \cdot$$

$$6 \ 277 \cdot$$

$$7 \ 269 \cdot$$

$$8 \ 261 \cdot$$

$$\ominus 9 = 253 \cdot$$

$$10 = 245 \cdot$$

$$11 = 237 \cdot$$

$$12 \ 229$$

$$400$$

$$120$$

$$16$$

$$400$$

$$80$$

$$10$$

$$400$$

$$120$$

$$110$$

$$277$$

$$229$$

$$506$$

$$610 > 1220$$

$$610$$

$$530$$

$$490$$

$$530$$

$$506$$

$$1220$$

$$1060$$

$$490 > 996$$

$$506$$

$$11$$

$$2280$$

$$996$$

$$3276$$

$$1220 > 1280$$

$$1060$$

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os seguintes itens, referentes ao direito administrativo.

- 51 O motivo do ato administrativo discricionário está sujeito a controle jurisdicional. LEGALIDADE
- 52 Sob o aspecto subjetivo da administração pública estatal, o MPCE, como instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, integra a administração indireta.
- 53 O ato administrativo por meio do qual os órgãos consultivos da administração emitem opinião sobre assuntos técnicos de sua competência denomina-se parecer.
- 54 Leilão é a modalidade de licitação para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, podendo ser executado por leiloeiro oficial ou por servidor designado pela autoridade competente da administração.
- 55 A autoridade competente para homologar o pregão não poderá revogá-lo por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.
- 56 O princípio da gratuidade do processo administrativo proíbe a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- 57 A investidura em função, cargo ou emprego públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, emprego ou função, na forma prevista em lei.
- 58 O poder hierárquico permite, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação por tempo indeterminado de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- 59 Quem induz a prática de ato de improbidade somente poderá ser responsabilizado pela ocorrência do ilícito se for agente público.
- 60 A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em relação a terceiros usuários e não usuários do serviço prestado.

Julgue os itens a seguir, a respeito dos princípios e direitos fundamentais e das competências dos entes federativos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).

- 61 Compete privativamente à União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais.
- 62 A livre iniciativa é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- 63 A CF admite a pena de morte em caso de guerra declarada.

Julgue os seguintes itens, relativos à administração pública, ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, com base nas disposições da CF.

- 64 São princípios institucionais do Ministério Público a pluralidade, a diversidade e a independência funcional.
- 65 O Supremo Tribunal Federal (STF) e os demais tribunais superiores têm jurisdição apenas na capital federal.
- 66 O servidor que possa ser submetido à readaptação não tem direito subjetivo à aposentadoria por incapacidade.
- 67 Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar os mandados de segurança impetrados contra ato de ministro de Estado.
- 68 Compete aos tribunais regionais federais julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

Julgue os itens seguintes, referentes à nacionalidade, à cidadania e aos direitos políticos.

- 69 É possível, de acordo com o texto constitucional, que um cidadão preencha as condições de elegibilidade para ser vereador, mas não as condições de elegibilidade para ser deputado federal.
- 70 A CF trata de forma igual os brasileiros natos e naturalizados. REGRA?

A respeito de planejamento estratégico, julgue os itens a seguir.

- 71 Os indicadores-chave de desempenho são usados no âmbito da metodologia OKR e caracterizam-se por serem objetivos, mensuráveis, práticos e consensuais dentro da organização.
- 72 O planejamento tático é projetado para médio prazo e abrange cada departamento da organização, de modo que se preocupa em atingir os objetivos departamentais.
- 73 Na análise do ambiente externo, o uso da ferramenta PESTEL é adequado, pois ela abrange variáveis externas, tais como políticas, econômicas e sociais, não sendo contemplada a dimensão tecnológica, por esta ser uma variável de âmbito interno.

Julgue os itens subsequentes, relativos a administração e gestão de pessoas.

- 74 A autonomia dos colaboradores influencia negativamente a qualidade de vida no trabalho, pois a ausência de direcionamento e controle por parte da gestão provoca um frequente adoecimento psicológico dos funcionários.
- 75 As abordagens clássica e burocrática são mais adequadas para ambientes complexos e de instabilidade, já que estruturas mais organizadas e bem documentadas favorecem mudanças organizacionais cada vez mais rápidas.
- 76 A aprendizagem contínua e a requalificação tornam-se cada vez mais importantes ao se considerar o contexto digital, o qual exige constante aprendizado e rápida atualização.
- 77 A criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado durante o governo de Getúlio Vargas, em 1938, foi responsável por estruturar o serviço público e implementar o modelo burocrático no Brasil.

Em relação à gestão de projetos e processos, bem como aos métodos de solução de problemas, julgue os itens que se seguem:

- 78 No planejamento de um projeto, a estrutura analítica do projeto é essencial para decompor o escopo do projeto em partes menores e gerenciáveis, bem como para garantir que todas as entregas sejam contempladas.
- 79 Na fase de agir do ciclo PDCA, é preciso capacitar os colaboradores para que ocorra a implementação do que foi planejado na gestão de processos.
- 80 O design thinking é uma ferramenta utilizada pelas organizações para a resolução de problemas, sobretudo os complexos, que envolvem cenários imprevisíveis e exigem respostas mais rápidas e assertivas ao desafio enfrentado.

No que se refere ao direito de família, julgue os itens a seguir, com base nas disposições do Código Civil e no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

81 Ao ser submetida à curatela, a pessoa com deficiência adulta apenas poderá ser considerada relativamente capaz, não mais se admitindo o reconhecimento da sua incapacidade absoluta.

82 Em observância ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, adota-se como regra a guarda unilateral, sendo excepcional o estabelecimento da guarda compartilhada.

83 A pensão alimentícia incide somente sobre os vencimentos do alimentante, estando as demais verbas percebidas, a exemplo do terço constitucional de férias, excluídas da obrigação alimentar.

84 A legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente exige a demonstração de que o menor esteja em situação de risco, como na hipótese de omissão dos pais ou responsável.

85 A pensão alimentícia devida entre ex-cônjuges não tem caráter excepcional e transitório quando ficar demonstrada a incapacidade laborativa de quem percebe a verba alimentar, bem como sua impossibilidade de inserção no mercado de trabalho ou de adquirir autonomia financeira.

86 A criança ou o adolescente deve ser criado pela família natural e apenas excepcionalmente por família substituta.

À luz do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no Código Civil e no Código de Direito do Consumidor (CDC), bem como do entendimento do STJ, julgue os próximos itens.

87 A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada quando a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

88 A notificação prévia do consumidor acerca do registro do seu nome no cadastro de proteção ao crédito deve ser realizada pessoalmente, fazendo-se necessária a comprovação do envio e da entrega da notificação.

89 Lei posterior revoga a anterior não apenas quando expressamente o declare, mas também quando seja com ela incompatível.

90 Em caso de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao CDC, por culpa exclusiva do construtor, o comprador tem direito à devolução integral das parcelas pagas, excetuada a comissão de corretagem.

No que se refere à capacidade das partes, aos juízes, ao Ministério Público e à ação civil pública, julgue os itens a seguir.

91 O inquérito civil é pressuposto para a propositura da ação civil pública, mas a sua falta pode ser suprida por documentos expedidos por organismo público, tais como certidões, informações, exames ou perícias ou outro documento que confirme a lesão aos direitos protegidos por esse tipo de ação.

92 Considere que, em determinada ação, o juiz tenha julgado procedente o pedido de divórcio e partilha de bens, mas improcedente o pedido de guarda formulado pela requerente, não tendo esta recorrido da decisão. Nesse caso, o Ministério Público tem legitimidade para interpor recurso de apelação contra a sentença proferida.

93 A pessoa física com idade inferior a dezoito anos poderá ser demandada em juízo, mesmo que não seja emancipada.

94 Os motivos que provocam o impedimento e a suspeição dos juízes são os mesmos que provocam o impedimento e a suspeição dos promotores de justiça e advogados das partes.

Em uma ação ordinária proposta por pais contra o município buscando assegurar matrícula e frequência escolar adequada de crianças com deficiência na rede pública municipal, o juiz identificou a necessidade de reorganizar a ordem de produção das provas para melhor compreensão dos fatos controvertidos. Além disso, constatou-se, na mesma comarca, a existência de diversas outras ações semelhantes ajuizadas individualmente por outros pais, todas com a mesma questão fática e jurídica.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

95 Caso identifique vícios processuais no curso da ação, o juiz poderá decidir imediatamente o mérito da demanda, independentemente do saneamento dos vícios identificados.

96 O juiz poderá dilatar prazos processuais mesmo após o encerramento do prazo regular, se entender que tal medida é necessária para conferir maior efetividade à tutela jurisdicional.

97 Ao identificar a existência de múltiplas demandas individuais repetitivas relacionadas à mesma questão jurídica, o magistrado deverá oficiar o Ministério Público, a defensoria pública e, na medida do possível, outros legitimados coletivos para eventual propositura de ação coletiva. PODERÁ?

Em uma ação judicial proposta por Júlia contra uma clínica médica, pleiteando indenização por danos materiais e morais, o juiz proferiu sentença condenando a clínica apenas ao pagamento de indenização por danos morais. Durante o prazo para interposição de recursos contra essa sentença, o advogado da clínica faleceu inesperadamente. João, funcionário da clínica que não participou diretamente do processo, mas que teve sua conduta profissional mencionada desfavoravelmente na sentença, pretende desta recorrer na condição de terceiro prejudicado.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

98 A clínica médica, caso decida interpor recurso, poderá desistir dele posteriormente, sem necessidade de anuência da parte contrária ou de eventuais litisconsortes.

99 João poderá interpor recurso contra a sentença, desde que demonstre objetivamente que a decisão judicial afeta diretamente direito seu ou interesse jurídico legítimo.

100 O prazo recursal será automaticamente restituído integralmente à clínica médica após o falecimento de seu advogado, independentemente de nova intimação da parte ou dos sucessores.

Abelardo, membro de organização criminosa voltada à prática de furto e roubo de veículos, foi encarregado de matar Carla, sua comparsa de crime, porque ela teria prestado, em interrogatório policial de inquérito no qual era investigada, informações relevantes à investigação policial sobre a organização. Para a prática do crime, Abelardo valeu-se de arma de uso permitido, com numeração raspada, que possuía há pelos menos dois anos.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

101 A Abelardo poderá ser imputado o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, já que a numeração de identificação da arma está raspada, não sendo, porém, tal crime considerado hediondo.

102 Caso Abelardo mate Carla, a ele deverá ser imputado o tipo penal feminicídio.

Considerando os princípios do direito penal, julgue os itens seguintes.

- 103 A lei penal posterior mais benéfica retroagirá, ☒ respeitando-se, porém, a coisa julgada, definida pelo trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- 104 A vedação da analogia no direito penal decorre do próprio ☒ princípio da legalidade, pois não se admite outra fonte que não a lei para o que é prescrito como crime e pena.
- 105 A teoria dos poderes implícitos excepciona o princípio da legalidade estrita, pois, como a lei permite ao juiz aplicar pena mais severa, entende-se, por extensão, que é aplicável pena mais branda, ainda que esta não venha positivada na legislação penal de modo expresso. ☒

A respeito dos crimes patrimoniais e contra a administração pública, julgue os próximos itens.

- 106 O uso indevido de bem público por servidor que lhe detenha posse legítima é suficiente para a consumação do crime de peculato na modalidade apropriação, o que difere da apropriação indébita, crime patrimonial comum para cuja configuração é exigido o dolo de integração do bem como parte de seu patrimônio. ☒
- 107 Configura furto mediante fraude a ação do agente que se passe por mecânico para ludibriar a vítima e, após receber o carro, dele se aproprie. ☒
- 108 O dano a determinado patrimônio, quando praticado exclusivamente para o furto de outro bem, pode ser integrado ao crime de furto na forma de qualificadora, sendo imprópria a imputação de crime de dano em concurso com o de furto. ☒

Julgue os itens seguintes, relativos aos crimes contra a dignidade sexual.

- 109 O agente que simule participação de celebridade em fotografias ou vídeos de ato sexual, ainda que se valendo tão somente do rosto da vítima na montagem das imagens, pratica crime de registro não autorizado da intimidade sexual. ☒
- 110 Para configuração do crime de estupro, bastam olhares voluptuosos que notadamente reflitam desejo sexual do agente, independentemente da existência de contato físico ou de relação de autoridade entre agente e vítima. ☒

Em um bloquinho de carnaval, Heitor agrediu Carlos, mediante o uso de um canivete, depois de ter se sentido provocado com um empurrão. O ferimento, embora tenha causado significativo sangramento no momento da agressão, foi um corte superficial no braço esquerdo e se curou em menos de 30 dias, de modo que Carlos decidiu não se dirigir à delegacia para a realização de exame de corpo de delito nem noticiar, naquele momento, à polícia o fato. Depois de três meses do ocorrido, Heitor o ameaçou de nova agressão, o que motivou Carlos a finalmente ir à delegacia representar contra seu algoz, tendo ele relatado tanto a ameaça quanto a lesão corporal que havia sofrido no bloquinho de carnaval. Intimado a comparecer à delegacia na semana seguinte, Heitor confessou ter lesionado Carlos, mas negou a ameaça. Diante da confissão, o delegado de polícia prendeu Heitor em flagrante delito pelo crime de lesão corporal leve e apreendeu seu aparelho celular, sem ter obtido consentimento para acesso ao conteúdo do dispositivo.

Com referência ao caso hipotético apresentado, julgue os itens a seguir, relativos a aspectos do processo penal.

- 111 No curso da investigação criminal, cabe ao delegado de polícia requisitar perícia no aparelho celular apreendido, porém, quando o investigado não a autoriza com base no direito fundamental à vida privada e à intimidade, a perícia fica condicionada a autorização judicial. ☒

- 112 A confissão de Heitor em depoimento formal em sede policial não desobriga a realização de exame de corpo de delito para comprovação da lesão corporal, caso esta tenha deixado vestígios. ☒
- 113 A prisão de Heitor em flagrante delito foi ilegal, devido exclusivamente à ausência de prova da materialidade da lesão corporal nos autos. ☒
- 114 Em eventual audiência de custódia, o juiz poderá determinar, de ofício, a prisão preventiva de Heitor, a despeito de ausência de representação por parte da autoridade policial ou de pedido de membro do Ministério Público nesse sentido. ☒
- 115 Se houver requerimento das partes e justificação fundamentada de que a prisão preventiva de Heitor pode ser substituída por outras medidas cautelares, o juiz poderá determinar sua liberdade provisória e aplicar, de forma cumulativa, medidas como a proibição de manter contato com Carlos e de frequentar bloquinhos de carnaval. ☒
- 116 Caso Heitor, quando de sua prisão, tivesse entregado o canivete diretamente à autoridade policial, o princípio da fé pública dispensaria a aplicação das regras relativas à cadeia de custódia da prova em relação ao objeto apreendido. ☒
- 117 Nos termos da Lei n.º 9.099/1995, o crime de lesão corporal leve é processado mediante ação penal privada, perante o juizado especial criminal, após oferecimento de queixa-crime por advogado contratado ou por defensor público. ☒
- 118 Caso Heitor, intimado para comparecimento à delegacia a fim de prestar esclarecimentos, decidisse não atender à intimação, o delegado não poderia determinar sua prisão temporária, pois este é um poder que apenas a autoridade judicial pode exercer. ☒
- 119 No curso das investigações policiais, dada a natureza administrativa e não judicial, mitigam-se os princípios constitucionais da presunção de inocência e da não autoincriminação, de forma que o delegado pode, por exemplo, exigir do agente a colaboração em reconhecimento de pessoas e na cessão de senha para desbloqueio de aparelho celular. ☒
- 120 As normas relativas ao juiz de garantias não se aplicam aos procedimentos de competência dos juizados especiais criminais. ☒

Espaço livre

$$S7 = V$$

$$S6 = E$$

$$B = 7$$

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não** será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

Art. 2.º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 3.º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Brasil. Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 (com adaptações).

Evidências indicam que as pessoas com deficiência têm maiores necessidades de saúde que as pessoas sem deficiência, mas essas necessidades geralmente não são satisfeitas. Além das necessidades usuais de saúde, como a imunização, elas têm piores níveis de acesso aos serviços de saúde e piores desfechos de saúde, especialmente em países de baixo, médio/baixo e médio/alto níveis de renda, como o Brasil.

Karina Clemente et al. Barreiras ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: uma revisão de escopo. In: Revista de Saúde Pública, v. 56, n.º 64, 2022 (com adaptações).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas, considerando-se as pessoas com 2 anos de idade ou mais.

EDUCAÇÃO — No país, o índice de analfabetismo para pessoas com 15 anos de idade ou mais oscila próximo a 5,7%. Contudo, o indicador aumenta quando se restringe às pessoas com deficiência, com uma taxa de 19,5% contra 4,1% daquelas sem deficiência. A taxa de analfabetismo cresce com a idade, o que reflete maior escolarização das gerações mais jovens.

MERCADO DE TRABALHO — Em 2022, o total de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa era de 17,5 milhões, o que equivale a, aproximadamente, 10% do total da população com 14 anos de idade ou mais. Neste universo, há 5,1 milhões de pessoas com deficiência economicamente ativas de fato — sendo 2,5 milhões de homens e 2,6 milhões de mulheres. Pouco mais de 12 milhões de pessoas com deficiência estavam fora do mundo do trabalho no Brasil (4,6 milhões, homens; 7,7 milhões, mulheres).

Brasil. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (2023). Pela primeira vez, PNAD Contínua reúne e disponibiliza dados sobre pessoas com deficiência. Internet: <<https://www.gov.br/>> (com adaptações).

Considerando que os textos precedentes têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do tema a seguir.

ACESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

Em seu texto, discorra, de forma detalhada, sobre os seguintes aspectos:

- 1 acesso de pessoas com deficiência a serviços públicos como condição para o exercício da cidadania; [valor: 6,50 pontos]
- 2 exemplos de barreiras, físicas ou não físicas, nesse contexto; [valor: 6,00 pontos]
- 3 relação entre desenvolvimento econômico e acesso desses indivíduos a serviços públicos. [valor: 6,50 pontos]